

O BRASIL PRETO, O BRASIL BRANCO E OS RACISMOS: MESTIÇO OU PARDO, O PROJETO CONTINUA...

Ineildes Calheiro¹
Eduardo David Oliveira²

Resumo: Esse estudo tem como objetivo rediscutir os racismos no Brasil, exibindo as diversas formas com as quais se apresentam e, visa fomentar a relevância das políticas afirmativas para a redução das desigualdades raciais, notando que o racismo muda de forma e ganha outras faces apesar das várias maneiras de combates, como a cultura negra, os movimentos, as leis antirracistas e as Cotas. Entretanto, o vírus do racismo não só se mantém como se fortalece, tendo nas ideias do pensamento social brasileiro e o mito da democracia racial fundamentados na teoria do racismo científico o liame dos racismos, denotando, de um lado as materializações de tais ideologias e, de outro, ainda vivas nas memórias, como devastadoras do povo negro. Teórico-metodologicamente realiza-se o estudo por meio de análise bibliográfica sobre a desigualdade racial, revisitando as falsas teorias racistas, e nos resultados aparece o Brasil preto e o branco em termos de desigualdades, como continuidade do projeto da mestiçagem atualizado com o mecanismo de “pardagem”, com o “pardo” substituindo o mestiço nas gradações de cores e na desvalorização do negro - preto não! As Cotas para negros aparecem ameaçadas e, apesar da sua eficácia, tem perpetuado os privilégios dos brancos – negros claros/pardos, quando, esta política afirmativa menos alcança os de pele preta, de cabelos crespos, os que mais experienciam as exclusões e sofrem a múltipla violência: preconceito, discriminação e racismos.

Palavras-chave: Mestiçagem, pardo/as, negro/a, cores, racismos.

A mestiçagem surge no Brasil para definir a identidade nacional estabelecendo o MDR- mito da democracia racial (Lélia Gonzalez, 1979; Renato Ortiz, 2012, 2013) através da “ideologia do branqueamento” e fundamentada na (erradicada) TRC – Teoria do Racismo científico global. A identidade mestiça instituída na nação brasileira visou o apagamento da identidade negra (Lélia Gonzalez, 1979, 1988; Kabengele Munanga, 2006). Apesar da miscigenação ter ocorrido na história da invasão europeia na África, dividindo a nação “ideologicamente” em África branca e África negra, ou seja, África do Norte e África do Sul (Eduardo Oliveira, 2003, p. 25), a ideia de um projeto de nação de identidade racial mestiça escolhendo a mestiçagem positiva como opção, dentre a

¹ Doutoranda do DMMDC - Programa Multi-institucional e multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (Doutorado em Rede), locado na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Ma. Em Crítica Cultural; Licenciada em Educação Física. Bolsista Financiada pela CAPES. Membro da Rede de Africanidades (UFBA/FACED). E-mail: ildafrica@yahoo.com.br.

² Doutor em Filosofia, antropólogo, professor Adjunto da FACED/UFBA e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. E-mail: afroducta@gmail.com.

“dúbia teoria deste conceito” (assertiva de Munanga e Ortiz) é exclusivamente brasileira, não universal.

A mestiçagem na América, na visão de Rita Segato é etnocida, trata-se do apagamento da memória dos não brancos por imposição, meio de força e autoritarismo dos estados republicanos, tanto no campo da cultura quanto da segurança pública. “Mestiçagem é a estratégia perfeita para a exploração da linhagem” (Segato, 2010, p. 26. Tradução nossa). Para Eduardo Oliveira (2003, p. 134)³ “pensar a identidade nacional é pensar o híbrido. Não há raças puras, como não há essência cultural”. Segundo o seu pensamento a mestiçagem sempre fora um tratado ideológico e um tema fundamental para compreender as representações que as pessoas fazem da alteridade. E assinala que “a mestiçagem é mito”.

Entretanto, o autor não considerou naquele momento, que o mito virou discurso “verdadeiro” e se materializou. Como consequências, o discurso da teoria do racismo científico teve em seus produtos, formas de naturalizar as diferenças no arcabouço de inferioridade versus superioridade inatas, e extrair a educação como possibilidade e meio de corrigir as desigualdades sociorraciais (LÍLIA SCHWARCZ, 2009).

O processo de formação da identidade nacional no Brasil visava o embranquecimento da sociedade (Munanga, 2006) e Nazaré Lima (2007, p. 60) vê esse processo para além de discurso, nada passivo, mas como imposição, ou melhor, violência, negando sua identidade negra [...] o que, ao fim e ao cabo, não se confirmava, pois, mesmo cedendo a uma imposição e dominação cultural, o negro continuaria sendo considerado cidadão de segunda classe. A lógica do branqueamento significa a exclusão social dos negros pela cor da pele, no Brasil tem especificidades próprias, instituída nos anos 1930 como elementos de brasilidade, representações ou estoque de símbolos: a mulata, o samba, o carnaval e o sexo (González, 1979; Osmundo Pinho, 2006; Ortiz, 2013).

Nesse conjunto de representações insere-se o futebol, esporte que chegou ao país no fim do século XIX, em 1894 e serviu como tentativa de aniquilar de vez a capoeira (Joel Rufino dos Santos, 1981, p.12) transformando-se em esporte nacional em detrimento desta última, considerando sua resistência. Nos anos 1930 o país adentra ao Megaevento da Copa do Mundo, sendo necessária a participação dos homens negros, que vem mostrando a diferença corporal-futebolística desde 1912 com a entrada do

³ Um dos autores que vos escreve.

negro/mestiço Carlos Alberto. Porém o rompimento com as proibições se deu á base de conflito e enfrentamento ao racismo (Rufino dos Santos, 1981).

Convém refletir nesta modalidade esportiva que serviu como um elemento importante para romper com a imagem negativa do país colonizado, cujo povo era visto no mundo ocidental, como incivilizado (conforme as teorias que aqui se fizeram e difundiram em detrimento da população negra), país “sem características condizentes” para agregar-se ao grupo mundial Estados-Nação que se formava e na Globalização emergente (Renato Ortiz, 2013). Era urgente a necessidade de mostrar a riqueza brasileira, que se dava no campo cultural e étnico em termos pluralísticos, encabeçada por Gilberto Freyre. O mito vira discurso e violência, pois se articula com o racismo e muda de forma em sua atualidade, se camufla com o denominado “pardo”, ou pode-se dizer “pardagem como identidade nacional?”.

Mestiço ou pardo? O projeto continua...

A alta valorização do pardo, ou a substituição do termo negro pelo pardo no Brasil, se justifica pela ressignificação da miscigenação. O brasileiro seria a mistura de uma raça superior (branca) e duas inferiores – o negro e o índio, com a mestiçagem passando do negativo para o positivo (Ortiz ,2013). Contudo, ser negro não passa para o quadro positivo: “[...] Ser negro é estar entre aqueles cuja presença é ‘vigiada’ – no sentido de controle social, e ignorada, no sentido da recusa psíquica – e ao mesmo tempo, sobre determinado - projetada psicologicamente, tornada estereotípica e sintomática [...]” (Bhabha, 1998, p. 326-7 apud Ana Célia da Silva, 211, p. 29).

Ser negro, no entanto, relaciona-se a um conjunto de fatores: marcado no corpo e marcado na sociedade, marcas de exclusão, de estereótipo, de preconceito. Não é ser o outro, mas ser visto como nada. Ser negro é viver em constante resistência, buscando uma forma própria de sê-lo, seja na música, na dança, na religião, no esporte ou em outra função. Compreendemos que, “raça” é um instrumento demarcador de identidade e “negro” o signo. Este último, ganha significado diferenciado por território/nação. Assim, raça e negro tornaram-se ferramentas políticas. Nesse sentido, ser branco, também o é.

O termo negro/a, bem como os percentuais nos Censos brasileiros cabe reflexões, consistindo no somatório de preto + pardo, cujo primeiro é insignificante em números, e a categoria negra no geral concorre nas alíquotas com a branca, sendo que,

socialmente, os de pele preta encontram-se historicamente na base da pirâmide da cor (ver estatísticas demográficas, relatórios e pesquisas. Nos censos do IBGE⁴, há alguns anos a população preta equivalia a uma média de 6%, e dados recentes mostram um leve crescimento, apresentando 8,2%)⁵. Rita Segato (2010, p. 19) critica o percentual de negros apresentado, calculando em uma investigação vigorosa, que não há menos de 70% desta categoria racial neste país.

Considerando a história, os procedimentos racistas, e que, métodos não são infalíveis, as constatações matemáticas das cores nos Censos podem ser estratégia de defesa da superioridade branca, tanto em números quanto em ideologias, sendo a ideologia do branqueamento o mito da superioridade branca materializado. Nesses termos a questão da mestiçagem como identidade brasileira que, parece, não deu certo, muda de forma para o campo das gradações de cores: negra = preta + parda; branca e amarela.

Nota-se que não há amarelinho/a e amarelona/ão, nem branquinho/a e brancona/ão no interior do próprio grupo vivenciando diferentes realidades sociais por gradação de cor (tais diferenças ocorre por sexo), como sucede no grupo negro, no qual os pretos experienciam uma realidade socioeconômica mais baixa em relação ao pardo, ou seja, aos mais claros. Em uma análise não intencional, entretanto justa e real é nítido que, no Brasil, preto/a não compartilha da mesma forma de vida que os/as pardos/as e nem se compara com a de brancos.

De acordo com José Jorge de Carvalho (2002, p. 63), do ponto de vista do Brasil, a mestiçagem implantou obrigatoriamente a cor parda nas certidões dos negros, incluindo os pretos. “Preto/a” não tinha reconhecimento conceitual em termos de cor, tal reconhecimento é processo da luta dos movimentos negros e dos estudos sobre as relações raciais. É notório que a teoria da mestiçagem prossegue camuflada, mudando de nome, para pardo.

Assim, a alíquota de 52% de população negra, e mediante o ínfimo número de pretos apresentados, é equivocadamente composta majoritariamente por pardos/as. De outro lado, a desigualdade social é alarmante não entre brancos e pardos, mas quando quantifica o geral – entre brancos e negros. Vejamos como exemplo a educação superior

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

⁵ <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml> (consultado em abril de 2018).

na UFBA, quando Delcele Queiroz (2002, p. 18) informa que 8% de estudantes são pretos, a maioria é branca e um terço é parda. Por esse ângulo, observando somente a cor parda, as desigualdades entre as raças têm reduzido, impulsionando para entendermos que, negro é o signo de uma raça socioculturalmente marcada, e, ser preto é, no interior da raça experienciar todos os tipos de opressão, principalmente a desvalorização da pele mais marcada dentre a escala de gradação que é também de valor.

Está nítido para nós que o projeto da mestiçagem não fracassou na América Latina, mas mudou de forma. A falsa democracia racial prossegue. O embranquecimento ideológico da América Latina, com o mestiço aparecendo com força na maioria desses países, trata-se do processo da colonialidade de poder (Quijano, 2005), com novas formas de manter o domínio racial. Trazendo o quantitativo negro na América Latina no século XIX e exemplificando com o México e a Bolívia, o autor afirma que,

[...] aproximadamente um pouco mais de 90% do total da população era de negros, índios e mestiços. Contudo, em todos estes países, durante o processo de organização dos novos Estados, a tais raças foi negada toda possível participação nas decisões sobre a organização social e política. (Quijano, 2005, p. 134).

Para compreender as desigualdades sociais é preciso entender que as classes sociais na América Latina têm cor, e no Brasil os números mostrados são visivelmente redesenhados. Os pretos somem dos censos, somem das inclusões, mas estão em todos os lugares inferiores e inferiorizados: no lugar dos excluídos.

Breve histórico do Brasil preto e Brasil branco: a desigualdade racial estrutural

Raça não existe em termos biológicos, mas sua existência se dá em termos sociopolíticos (Carlos Moore, 2007). É signo (SEGATO, 2015) e o marcador das diferenças e das desigualdades sociais. Nesse sentido portamo-nos contra a sugestão da Unesco (1950) em abolir a categoria raça, pois, “[...] abolindo a categoria raça não se abolem as práticas racistas, nem seus efeitos sobre os atingidos pelo racismo” (Nascimento, 2003, apud Nazaré Lima, 2007, p. 64).

Juntando o marcador racial e as falsas teorias racistas, temos, como legado, “dois brasis”: o Brasil rico e o pobre, respectivamente o Brasil branco e o preto (Gonzalez, 1979; Hélio Santos, 2004, 2008). Lélia analisando o país por meio da divisão do

trabalho, da abolição aos anos 1970 encontra uma massa marginal excluída e uma não-marginal incluída, conseqüentemente, a primeira constituída por negros e a outra por brancos, detectando o racismo como determinante das desigualdades raciais. Esta autora intersecciona o fenômeno da falsa democracia racial discutindo gênero, raça e classe, trazendo à tona o debate de gênero⁶ no país.

Dos anos 1980 aos atuais Hélio Santos (2004, 2008) igualmente encontra dois brasis – O sistema que se perpetua. Se referindo à meia cidadania do negro (Hélio Santos 2008), de um lado há o Brasil moderno e desenvolvido, do outro, há o Brasil das chacinhas e da miséria, que nos reduz a um dos países mais atrasados do planeta.

A análise interseccional, ou seja, nas variáveis racismo e sexismo relacionadas, evidenciadas em estudos de Sueli Carneiro (2011) contribuem para apontar disparidades raciais como lógica da estrutura social do país – sob nosso olhar avanços para a raça ocorrem, todavia a igualdade racial nunca esteve próxima, contrário ao que se vê no projeto da igualdade sexual em alguns seguimentos, como na educação e muitos setores trabalhistas. A experiência do racismo estrutural é o que mais pesa dentre os elementos que resultaram nas desigualdades sociais racializadas.

Nessa conjuntura de desigualdades destacam-se três conceitos interseccionados: preconceito, discriminação e racismo. Os dois primeiros são confundidos como similares, porém, diferem entre si, e o *racismo* “é mais amplo em seu sentido do que o preconceito racial” (Santos, 2008). O *racismo* ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais, portanto, preconceito e racismo são atitudes. É a externalização da atitude, ocorrendo uma ação, comportamento realizado de forma a prejudicar.

Quando transformada em manifestação é que se constata que houve a *discriminação*. E o *preconceito*, de qualquer tipo, é uma atitude negativa em relação a alguém, atitude antecipada contra algo. Logo, o *preconceito racial*, especificamente, ocorre quando uma pessoa ou um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial. Vale lembrar que na Constituição de 1988 a discriminação racial tornou-se crime imprescritível e, assim, o racismo se constituiu como o “crime perfeito” (Munanga, 2013), porque, pode ser

⁶ Nesse estudo não fomentaremos o debate de gênero apesar da grande relevância que articula a discussão, mas faremos breve menção.

invisibilizado, camuflado e não constatado. Contudo o racismo não se erradicou. Aprecie os racismos e as formas de combate.

Diante do exposto é oportuno nos reportamos ao conceito do racismo às avessas, e afirmar que, não há este tipo de racismo! Em primeiro lugar, porque o grupo negro não é padrão de referência, e em segundo, porque, trata-se de uma acusação que parte de racistas destinadas aos negros ativistas, intelectuais acadêmicos e aos mecanismos que visam formas de combater desigualdades raciais e racismos, entendendo que não devemos reagir, sendo um “erro” não sermos assimilados pela ideologia do branqueamento, conceituado como negação da identidade negra e a afirmação do outro – o branco (Gonzalez 1979, 1988; Munanga 2006, 2012).

A citada acusação é desferida em termos de violência e quando convém, como ocorrida á Abdias do Nascimento denunciada por Gonzalez (1988), este intelectual e ativista negro que combateu a proibição dos negros no teatro brasileiro, realizando tantas outras ações; não escapou ás acusações blocos afros nem as políticas afirmativas como as Cotas. Nesse contexto avaliamos o racismo e vimos que se desdobra. O racismo que não se erradica, ao contrário, muda de forma, cujas classificações são encontradas em alguns autores, como Jones (2000) apud Emanuelle Góes (2011) destaca três: pessoalmente mediado, internalizado e institucional. Vejamos:

Racismo pessoalmente mediado – definido como preconceito e discriminação; *Racismo internalizado* – identificado na baixa-estima. Conceituado pelo autor como aceitação pelas pessoas de raças estigmatizadas, das mensagens negativas sobre suas próprias habilidades e valor intrínsecos e *Racismo institucional* – conceituado como ausência de acesso aos bens, serviços e oportunidades de uma determinada população por motivo de raça/cor/ etnia e cultura. Termo discutido no Brasil nas últimas duas décadas para explicar as desigualdades raciais, exclusão pela raça/cor, privilégio, bem como tratamento desigual. Visto que o termo é, também, referido diretamente como “Racismo de Estado” (SEGATO, 2015, p.219).

O racismo institucional é enfatizado pela sua forma sutil como ferramenta de estruturar as desigualdades sociais pelo viés da raça/cor imputando ao fenômeno da naturalização. Ou seja, a justificativa histórica, não permitindo mudanças positivas para a população negra brasileira, incoerente com os avanços ou, pode-se dizer, transformações que apontam-se dos fins do século anterior ao início do século. Sobre as ações o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), implantado em 2005

no Brasil, o qual definiu este tipo de racismo como “O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios [...]” (CIDINHA DA SILVA, 2014, p. 51).

Pelo exposto, nota-se esta forma presente nas diversas esferas, e sendo uma luta antiga dos movimentos negros extirpá-la da mídia, inclusive criando leis que exige um mínimo de participação negra (Carneiro, 2011) nesses setores, meios de comunicação, programas, nas telenovelas, no entanto as leis são descumpridas. Haja vista que, em matéria de esportes, quase não se vê o cumprimento da lei, principalmente na representação da imagem do/a atleta negro/a nas diversas modalidades esportivas, bem como da equipe condutora e de comando (gestor/a, treinador/a, preparador/a físico, médico/a, etc). É triste de se vê o corpo/cor historicamente representado nas diversas modalidades esportivas do país – o padrão branco.

Os tipos de racismos não param por aí, há outras classificações: *Racismo explícito ou direto* - sua primeira forma de manifestação ao negro, e deu-se por intermédio da colonização e escravidão, por ser desnecessário outras formas, devido o negro está nestes períodos, legalmente excluídos do mecanismo humano. Considerando a formação da raça nos idos desses movimentos, relacionados à formação da Europa (QUJANO 2005), por conseguinte o racismo é fruto do significado da raça no contexto da colonização e escravidão, criando o sentimento de ódio por cor, e da parte da raça privilegiada, ganhando dimensão.

Enquanto sistema o racismo é elemento importante para manter as desigualdades raciais, e o do tipo explícito/ declarado nunca se erradicou, nem foi substituído, estava às escondidas e retorna quando convém. Se escondeu mediante as leis antirracistas que vem ocorrendo no país, porém, volta com força. Ressurge com a aprovação das Cotas para negros utilizadas em algumas universidades e, aparece também, na mídia através das redes soais e website; ataques às jornalistas, artistas e demais protagonistas negras como visto recentemente.

Antes da Copa das Confederações (de 2013, no Brasil) vários casos foram notificados com os jogadores negros e, na Copa do Mundo (em 2014 no Brasil) medidas severas foram tomadas pela FIFA e Instituições como a Secretaria de Promoção da igualdade racial – SEPPIR, não encontrado casos de racismos no contexto

do jogo na Copa (Ineildes Calheiro dos Santos, 2016)⁷ todavia, após o evento volta a aparecer, tanto nos jogos de futebol, quanto nas Olimpíadas (em 2016, no Brasil). Eu, uma das autoras que vos escreve, digo nessa pesquisa citada que o racismo violento vem ganhando força desde que um negro é eleito para o maior cargo de poder do mundo, o ex-presidente Brack Obama, nos Estados Unidos (descrição de Cuti, em seu blog).

Esse tipo vem ganhando lugar para o *racismo velado, dissimulado ou camuflado* (Munanga, 2013) igualmente denominado de “à brasileira” (Gonzalez, 1988; Edward Telles 2003), onde se encontra a maior dificuldade de enfrentamento por estar disfarçado, encontrando sustentação no racismo institucional operando interseccionado: disfarçado e ao mesmo tempo transformado em racismo estrutural, ou seja, naturalizado.

Lélia identificou outros tipos: *racismo cultural* e “*racismo latino-americano*”. O primeiro é a naturalização dos instituídos lugares e papéis diferenciados por raça, o que se denomina hoje de racismo estrutural; enquanto o segundo é o que mantém negros e indígenas como subordinados estendido a todo o território latino-americano (González, 1979, p.15). Para ela, este último, tendo como fruto o projeto ideológico do branqueamento, resultou no apagamento do uso dos indicadores raciais nos seus censos e outros documentos, fato que se deu com a independência de muitos países, o que se baseou em outro tipo de racismo – Por “denegação”, considerado a negação do racismo (GONZÁLEZ, 1988).

O racismo também aparece na forma de saber/poder e na produção do conhecimento, e com a raça sendo o determinante da colonialidade de poder (Quijano, 2005). A autora caboverdeana, Crispina Gomes (2009) detecta o “Racismo de inteligência”, o qual vivenciou em sua própria pele (experiência) enquanto mulher, negra, africana e intelectual, quando, no tornar-se professora universitária, em Cuba (nos idos de 1980) se deparou com o processo intragênero e o privilégio dos brancos acadêmicos, de ambos os sexos. Nesse sentido, convém notar que a desigualdade racial, em termos de números na ciência é da órbita do racismo.

Os tipos de racismos não se esgotam aqui, e os citados são encontrados no Brasil, se exhibe de vários tipos e de forma plural. O país é criativo e rico em produção de tipos de racismos e de formas de ludibriar as leis antirracistas. Preocupados/as com a dimensão do racismo, pesquisadores/as e/ou ativistas e demais comprometidos com o bem da humanidade buscam formas de combatê-lo, para além do discurso, pois, “[...] se

⁷ Dissertação da autora que vos escreve.

somos ‘formados’ nesta sociedade racista, não será possível mudar essas relações em sociedade, somente pelo discurso: é preciso analisar as formas como esse racismo opera [...]” (NAZARÉ LIMA, 2007, p. 66).

Além de vários autores que discutem racismo no Brasil, o governo o reconhece: “recentemente, porém, o governo assume a face racista da sociedade brasileira, e empenha-se em criar órgãos de Promoção da Igualdade Racial na estrutura de poder do Estado” (Lima, 2007, p. 64). Explicando o termo: “racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (Carlos Moore, 2007, p. 38) e se enraíza no imaginário social. Conceituando-o, para Abdias do Nascimento e reafirmado por Ana Célia da Silva (2011, p.75) “racismo é o sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre o outro”. Nos termos de Lélia (1979) “é a articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas”.

É fato que o racismo se fortalece e ganha novas formas neste processo, tornando-se plural – “RACISMOS”, e a cada vez mais complexo e difícil de erradicá-lo, mas, e isso é importante, cresce também as formas de combate, como apresentados em uma coletânea de artigos organizados por Maria de Lourdes Siqueira (2006) com recortes baianos, mostrando a riqueza de diversidades e vivências de heranças civilizatórias que perpassa em nossas “negras” vidas, e ao mesmo tempo, o papel político no trato com o combate ao racismo e manutenção da cultura negra afro-brasileira.

Conforme Lélia (1979), na década de 1970 os negros no Brasil começam a sair da invisibilidade, conquistando espaços políticos, e destacamos os movimentos negros na luta antirracista: o MNU – Movimento negro unificado, criado em 1978 no Brasil; na Bahia foi criado o Grupo Nêgo, em 1978, por influência de Lélia, a partir do Ciclo de Palestra que realizou neste local, fazendo uma reflexão crítica sobre os “Noventa anos de abolição”. Ano ulterior é criado o MNU no estado baiano (LUÍZA BAIROS, 2000, p.43). Segundo a autora nesse processo instituiu-se o 20 de novembro, apesar de sua proposta ser iniciada nos anos 70, pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, somente em 1978, em Assembleia Nacional em Salvador, Bahia, o MNU estabeleceu a data como Dia Nacional da Consciência Negra, como ato político, de afirmação da história do povo negro.

Nos anos 1990 a Falsa Democracia Brasileira foi pressionada por dois principais polos: 1) os movimentos negros - exigindo o reconhecimento do país como racista

resultando em desigualdades raciais estruturais; 2) a produção e divulgação de indicadores sociais que serviram de subsídios para a discussão, resultando no recuo considerável à disseminação do mito da democracia racial (Paixão 2003, apud Emanuelle Góes, 2011, p. 17). No início dos anos 2000, as políticas afirmativas, priorizando as Cotas tornam-se a ambição dos movimentos, e da parte de intelectuais negros e alguns políticos, considerada uma forte ferramenta para o combate ao racismo e redução de desigualdades raciais.

As cotas raciais sob o olhar atual

As políticas afirmativas vêm a ser uma grande aposta para o desenvolvimento social dos negros, os quais se encontram na base da pirâmide, e para a desestruturação da desigualdade racial no Brasil, tendo como espelhos as Cotas nos vários países que adotaram tais medidas e tiveram resultados satisfatórios. Haja vista que tais medidas não são experimentais e exclusivamente para os negros. Na história do país os imigrantes delas já desfrutaram, bem como filhos de escravocratas. Contudo, são os resultados que nos interessa.

Sueli Carneiro (2011, p. 27) destaca os países que utilizaram tais medidas, sublinhando que a maioria tiveram êxitos, cujas políticas não são tão somente voltados para a população negra (e não esqueçamos as cotas para as mulheres no Congresso Brasileiro). A saber: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia (este País desde 1948 desenvolvem medidas chamadas especiais), Colômbia (reparação exclusiva para os indígenas), Austrália, Nova Zelândia, Malásia, União soviética, Israel, Alemanha, Nigéria (este dois últimos com políticas de reparação exclusivamente para as mulheres), Sri Lanka, África do Sul, China e Peru.

No Brasil o primeiro grande debate nacional sobre as Cotas para os negros nas universidades que resultaram em proposições, se deu em 1999, compendiados com manifesto pró e contra, entregue ao Congresso Nacional em 2006 e na Suprema Corte Federal em 2008 (Segato, 2015, p.212). Os conservadores e contra utilizam como exemplo, o único caso no mundo que fracassou (em meio há muitos que deram certo), ignorando todos os que deram certo. Apesar disso, gradativamente as cotas para inserção nas Universidades vão ocorrendo desde o início do século XXI, e conforme o Estatuto da Igualdade Racial, art. 49, implanta-se a Lei Nº 13.182 de 06 de Junho de

2014, que institui a reserva de vagas de 30%, para a população negra em concursos públicos. Há 30% de negros/as docentes nas universidades?

Segundo José Jorge de Carvalho (2002, p. 82) a classe universitária brasileira é branca e excludente: de 1400 professores da UNB, apenas 14 são negros ou seja, 1%. O autor mostra o alarde do racismo “de inteligência” quando informa que, intelectuais negros (professores) como Guerreiro Ramos, Edson Carneiro e Clóvis Moura não lecionaram nas universidades públicas do país, vítimas do racismo institucional; estudos recentes (em junho de 2018) assinalados pelo coletivo Luíza Bairros, registrado no jornal “A Tarde” (de Salvador Ba), aponta na atualidade, 2% de professores negros na UFBA, dentre os três mil; a nível de Brasil, destacando o sexo, o Censo da Educação superior mais recente (de 2016) mostra um percentual de menos de 3% do total de docentes negras com doutorado, e deste grupo racial, mulheres pretas com doutorado são 0,4% na função de docente na pós-graduação⁸.

Reconhecemos os avanços sociais dos negros (maior para os claros, e exacerbadamente menor para os pretos), porém, comparado ao branco, em termos de aproximadamente vinte anos a desproporção é alarmante. Por que pouco se avança? Carvalho (2002, p. 82 e 93) discute sobre a exclusão racial na universidade brasileira, denominando de ação negativa a “reação à integração do negro”, ou seja, o movimento contrário às ações afirmativas. Como segundo ponto, frisamos que as Cotas são positivas, mas, se não prestarmos atenção nos beneficiários pelas leis de reservas de vagas reparatórias, tanto nas universidades quando no setor público em geral, o resultado é: os historicamente excluídos continuando excluídos.

Há uma trajetória de ações antirracista e em busca de desigualdades, uma luta antiga dos movimentos, como Ana Celia da Silva⁹ (2017) conta na Obra intitulada “Retrospectiva”, no entanto, a luta para manter as Cotas e o risco de retrocessos impressiona. Com esta autora surge um terceiro ponto, o boicote no interior da universidade, no trecho extraído da entrevista colhida como material empírico para o

⁸ Revista Ciência e Educação. Edição N. 10. (20de junho de 2018). Consultado em > <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>

⁹ Ativista, autora de livros, vários artigos e projetos, pesquisadora das relações raciais, professora negra aposentada pela Universidade Estadual da Bahia/UNEB, uma das primeiras integrantes do MNU,

desenvolvimento de pesquisa de doutorado, entrevista concedida para este estudo (a uma das autoras que vos escreve)¹⁰.

Nesta parte há inserção da sujeita pesquisadora (quando a própria autora que realizou a entrevista se insere) por entendermos a relevância do sujeito implicado na pesquisa e na impossibilidade de separar as partes que se complementam no fazer pesquisa (Antônio Chizzott, 2014).

A interlocutora explicita seu entendimento sobre o que têm ocorrido com as cotas, a forma de seleção, as barreiras que dificultam o alcance dos objetivos. Aprecieemos:

Eu acho que há um boicote muito grande às cotas. Os professores se organizam pra identificar quais são os alunos cotistas, pra perseguir, pra exigir coisas que eles sabem que eles não tiveram no Ensino Médio, pra não dar esse conhecimento que está faltando e, principalmente, não existe uma política de... Permanência. Condições de permanência. Você vê que eles não incentivam a permanência. Não dão condições de permanência, como uma forma do aluno cotista não chegar. Nunca me esqueço que um dia quase eu choro, não chorei porque eu não tenho lágrima, eu perdi as lágrimas com o que aconteceu com uma irmã minha, uma morte assim terrível... [...]. (Entrevista, 31/08/2017).

As cotas são importantes, é a primeira medida de ação afirmativa que teve êxito no Brasil, com muita reação. A UNEB foi a segunda universidade do Brasil que adotou as cotas... Ivete, Valdélcio e aquele... Matos... Mas os professores não apoiavam, não. Eles fingiam que apoiavam. Mas eles eram contrários mesmo às cotas. A Federal você viu a resistência tão grande? (Ana Célia da Silva, entrevista, 31/08/2017).

Eu vi (respondo) – Porque participei dessa manifestação que pressionou a UFBA, e que rejeitou as cotas naquele momento. Antes disso, tudo começou diante de uma solicitação feita pelo Instituto Steve Biko às duas instituições: UFBA e UNEB. Conto em detalhes, como se deu. Vejamos a fala da pesquisadora na conversa:

Eu era Office Girl da Biko, e era uma girl chique, daquelas que faziam contato direto com representações institucionais. Levei a solicitação para a reitora Ivete, da UNEB e para o reitor da UFBA (suprimo o nome). Este último, homem branco, não me recebeu, a secretaria logo me dispensou, informando para protocolar o documento no setor indicado. Assim o fiz. (Ineildes Calheiro, a pesquisadora).

A da UNEB, Ivete Sacramento, mulher negra e militante, me recebeu e logo deu retorno positivo para o que era solicitado em

¹⁰ Entrevista concedida a Ineildes Calheiro, em 31 de agosto de 2017, a fins da pesquisa de doutorado (em andamento).

medida de urgência: isenção para o exame do vestibular aos 200 estudantes do cursinho da Biko. Muitos dos alunos, devido um levantamento informal da instituição, não tinham grana para pagar a taxa; outros só poderiam fazer inscrição de uma: UFBA ou UNEB. Foi isso que levou a essa iniciativa da Biko. Precisamos das cotas! (Ineildes Calheiro, a pesquisadora).

Segundo estudos as Cotas para negros é uma forma de reduzir as desigualdades raciais, no entanto, com a mestiçagem camuflada com a categoria parda no Brasil, foge-se do objetivo das cotas e beneficiam-se aqueles/as que não sofrem os racismos no interior do país, não são excluídos pela cor da pele, apesar de também serem negros, o são privilegiados pela cor da pele, em um país que inclui e exclui pela cor. Desta forma, quem está, de fato, sendo beneficiados com as cotas no Brasil? Os negros pretos - os excluídos, ou os negros claros - estes que vivem como brancos?

Considerações finais

O mito da democracia racial persiste com os racismos e a desigualdade racial estrutural no Brasil, bem como a mestiçagem, continua e atuam enviesados no sistema com o pardo/a, voltado para a desvalorização da cor preta. Ambigualmente aparenta que todo mundo é negro no Brasil, quando convém, dificultando maiores avanços das políticas afirmativas na tentativa de instituir os mais prejudicados como os maiores beneficiários das Cotas, apesar de que, no Brasil, são estes, notadamente os que sofrem de forma interseccionada todos os tipos de opressão: preconceito, discriminação e racismos, relacionados com a cor mais marcada, o cabelo mais negado e a pobreza. Desta maneira, as sequelas são bem maiores. Em outro extremo as Cotas aparecem ameaçadas.

Apesar das disparidades raciais nos avanços sociais as Cotas continuam sendo de grande pujança na redução de desigualdades, porém nos esbarramos com problemas que impedem maior eficácia, como: o boicote, o não cumprimento dos percentuais, e se preenchidas, não são pelos mais pretos de forma significativa, atestado pelas estatísticas. Conquanto, se os 30% de reservas de vagas não estão sendo preenchidos por cotistas visivelmente negros, é fato que as cotas acertam de forma majoritária os negros de pele clara – os pardos.

Nessa lógica de cores no Brasil, é importante rever a forma de seleção para as Cotas, que deva priorizar os mais pretos combinados com cabelos crespos, seguindo a

ordem de critérios: a tez de melanina mais forte e textura de cabelo, e os sexos, haja vista a posição das mulheres pretas. Não se trata de biológico, mas de estereótipo, de marcadores da diferença. É nesse sentido que chamamos a atenção para a estratégia sutil: trata-se do “Eu também sou negro/a!” – quando convém. As feministas negras de pele clara que o diga, mediante as ocupações das vagas das negras pretas, mediante os avanços de gênero. Refletindo exclusivamente sobre a questão: as negras continuam nos piores empregos e menores rendimentos (Carneiro, 2003). A autora alerta que há mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo.

Referências

- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. (Org.). O livro das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 42-61.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados 17 (49) 2003.
- _____. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro (Consciência em debate), 2011.
- CARVALHO, José Jorge. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: DELCELE, Queiroz (Org.). O negro na universidade. (Programa a cor da Bahia). Salvador: Novos toques, 2002, p. 79-99.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOES, Emanuelle F. Mulheres negras e brancas, níveis de acesso aos serviços de saúde: uma análise sobre as desigualdades. Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- GOMES, Crispina. Mujer y poder: el caso de Cabo Verde. Instituto Cubano DEL LIBRO, Editora de Ciencias Sociales, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e Políticos da exploração da mulher, 1979. Disponível em:
> https://banhodeassento.files.wordpress.com/2011/11/acao_e_pensamento.pdf. Disponível em><http://www.portalafricas.com.br/v1/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano. (1988). Caderno de formação política do círculo Palmarino n. 1: Batalha de ideias. Afro latino América, Brasil, 2011.
- _____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GRIN, Mônica. Cor, etnia e ritualização do mérito no acesso à UFRJ. In: DELCELE, Queiroz (Coord.). O negro na universidade. (Programa a cor da Bahia). Salvador: Novos toques, 2002, p. 57-77.
- LIMA, Maria Nazaré M. Identidades e cultura Afro-Brasileira: a formação de professores na escola e na universidade. Tese (Doutorado em Letras e Linguísticas) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguísticas, Bahia, 2007.
- MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade. Novas bases epistemológicas Para entender o racismo. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *Nosso racismo é um crime perfeito*. Revista Fórum, 77, agosto de 2013. <<http://www.revistaforum.com.br/category/revista/77/>>. Acesso em: 11/11/2013.

OLIVEIRA, Eduardo D. *Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: LCR, 2003.

SIQUEIRA, Maria L. (Org.). *Imagens negras: ancestralidade, diversidade e educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense (2012)

_____. *Imagens do Brasil*. Revista Sociedade e Estado. Ano 3, n. 28, set./dez. 2013, p. p. 609-633.

PINHO, Osmundo A. *Os efeitos do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação*. Cadernos Pagu, n 23, Capinas, jul./dez. 2004, p. 01-17.

QUEIROZ, Delcele M. (Coord). *Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: Um estudo comparativo*. In. *O negro na universidade*. (Programa a cor da Bahia). Salvador: Novos toques, 2002, p.13-55.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 16/07/2015.

SANTOS, Hélio. *Desenvolvimento e inclusão social*. IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. Unicamp, Campinas, SP, Brazil. June 16-19, 2004. Pages 175-180.

_____. *Discriminação racial no Brasil*. PDF. >http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. *As mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectiva da divisão sexual do trabalho*. Alagoinhas-BA: UNEB, 226f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – Campus II, Alagoinhas-BA, 2016.

SANTOS, Joel. Rufino dos. *História Política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SEGATO, Rita L. *Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje*. CyEm. Año II, N.3, Primer semestre, 2010, p.11-43.

_____. *La crítica de la colonialidade em ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2015.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. *Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº 10. 639/03*. Salvador: Hetera, 2017.

SILVA, Cidinha da. (Org.). *Africanidades e Relações raciais: Insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SIQUEIRA, M. Lourdes. (Org.). *Imagens negras: ancestralidade, diversidade e educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.